

Balanço Patrimonial

Encerrados em 31 de Dezembro

ATIVO		2015	2014
CIRCULANTE:	NOTAS	35.833.941,55	36.845.451,41
Caixa e bancos	5-b	750.503,72	3.313.184,22
Bancos com restrições	5-c	2.329.789,24	-
Aplicações financeiras		293.830,73	68.359,38
Aplicações financeiras com restrições	5-c	6.839.011,39	600.991,77
Contas a receber		21.976.726,94	28.773.366,42
Provisão para perdas s/contas a receber	5-e	(2.367.486,00)	(1.619.823,33)
Estoques diversos	5-f	3.840.898,74	3.935.985,76
Demais contas a receber		2.127.329,35	1.736.252,70
Despesas do exercício seguinte		43.337,44	37.134,49
NÃO CIRCULANTE:		23.966.221,87	22.633.360,06
Direitos de longo prazo		3.344.174,41	3.095.673,95
Contas a receber	6-a	3.200.786,55	2.971.029,93
Depósitos judiciais	6-b	143.387,86	124.644,02
Imobilizado	7	20.622.047,46	19.537.686,11
TOTAL DO ATIVO		59.800.163,42	59.478.811,47

PASSIVO		2015	2014
CIRCULANTE:	NOTAS	32.353.368,21	29.006.328,07
Fornecedores de materiais e serviços	8-a	11.931.647,56	13.247.642,93
Empréstimos	8-b	1.106.666,52	1.640.320,72
Obrigações com pessoal		2.650.660,38	2.179.457,95
Férias e encargos a pagar		5.946.225,27	4.913.581,01
Tributos e encargos sociais	8-c	2.486.391,20	3.855.535,61
Subvenções a realizar	8-d	7.140.385,07	1.826.413,57
Receita de subvenções a realizar	8-e	813.909,29	578.822,75
Demais contas a pagar		277.482,92	764.553,53
NÃO CIRCULANTE:		18.749.529,89	16.922.979,52
Obrigações de longo prazo		18.749.529,89	16.922.979,52
Provisão para contingências	9-a	5.100.000,00	5.100.000,00
Parcelamento de tributos e encargos	8-c/9-b	6.544.857,29	6.788.066,16
Empréstimos	8-b/9-c	1.255.555,86	195.555,68
Receita de subvenções a realizar	8-d/9-d	5.849.116,74	4.780.809,64
Demais contas a pagar		-	58.548,04
PATRIMONIO LÍQUIDO	10	8.697.265,32	13.549.503,88
Patrimônio social acumulado		8.112.481,35	14.075.224,81
Superávit (déficit) do exercício		584.783,97	(525.720,93)
TOTAL DO PASSIVO		59.800.163,42	59.478.811,47

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração de Superávit dos Exercícios Encerrados em 31 de Dezembro

		2015	2014
RECEITA OPERACIONAL	NOTAS	143.235.466,28	131.655.874,12
Contratualização SUS	11-a	70.618.147,35	68.183.233,30
Serviços conveniados	11-b	31.966.428,31	22.340.545,33
Demais serviços hospitalares	11-c	2.411.342,09	1.786.774,84
Subvenções governamental	11-d	15.563.895,60	17.716.920,98
Contribuições e doações	11-e	853.299,84	831.193,98
Benefícios previdenciário e fiscal	12	21.008.201,32	19.981.670,98
Outras receitas operacionais		814.151,77	815.534,71
CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS:		(142.308.385,85)	(132.015.638,77)
Salários, ordenados, 13 º, férias, e indenizações		(49.621.028,37)	(43.672.239,99)
Serviços de terceiros- pessoas jurídicas		(24.959.781,78)	(20.737.925,37)
Serviços de terceiros - pessoas físicas		(5.236.149,47)	(4.755.897,29)
Despesas e encargos com pessoal		(3.996.384,98)	(3.774.648,62)
Materiais hospitalares		(21.895.451,86)	(19.312.085,70)
Obrigações incentivadas		(21.008.201,32)	(19.981.670,98)
Impostos e taxas		(593.885,35)	(427.298,71)
Depreciação de bens		(3.210.013,38)	(3.499.111,26)
Água, luz, gás e limpeza		(3.981.822,35)	(2.627.031,25)
Manutenção e consertos		(1.778.532,74)	(1.412.418,76)
Obrigações civil de terceiros		-	(7.273.648,90)
Despesas com perdas de créditos		(878.018,49)	(139.096,06)
Custas processuais		(523.544,96)	(450.597,03)
Aluguéis		(1.595.351,71)	(1.489.861,78)
Materiais de expediente e informática		(570.204,20)	(481.807,40)
Transportes		(495.856,53)	(163.625,23)
Comunicações		(317.941,51)	(314.719,86)
Divulgação e publicidade		(335.391,17)	(254.895,58)
Custo de captação de recursos		(253.829,81)	(281.749,97)
Hotelaria		(228.239,50)	(223.816,54)
Viagens		(106.778,31)	(71.382,03)
Restituição contratual		(97.972,25)	(53.586,98)
Seguros		(155.294,51)	(145.611,50)
Despesas gerais		(468.711,30)	(470.911,98)
SUPERÁVIT (DÉFICIT) OPERACIONAL		927.080,43	(359.764,65)
Despesas financeiras		(1.348.140,48)	(790.875,10)
Receitas financeiras		1.005.844,02	624.918,82
SUPERÁVIT (DÉFICIT) DO EXERCÍCIO		584.783,97	(525.720,93)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração das Mutações do Patrimônio Social Encerrados em 31 de Dezembro

Descrição	Patrimônio Social	Superávit do Exercício	Total
Em 31 de dezembro de 2013	15.024.217,25	(332.781,14)	14.691.436,11
Superávit (Déficit) do exercício	(332.781,14)	332.781,14	-
Ajuste dos exercícios anteriores	(616.211,30)	-	(616.211,30)
Superávit (Déficit) do exercício	-	(525.720,93)	(525.720,93)
Em 31 de dezembro de 2014	14.075.224,81	(525.720,93)	13.549.503,88
Incorporação do déficit	(525.720,93)	525.720,93	-
Ajuste dos exercícios anteriores	(5.437.022,53)	-	(5.437.022,53)
Superávit (Déficit) do exercício	-	584.783,97	584.783,97
Em 31 de dezembro de 2015	8.112.481,35	584.783,97	8.697.265,32

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Fluxo de Caixa - MI

Encerrados em 31 de Dezembro

	2015	2014
1 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:	15.435.650,99	7.868.604,15
1a) Superávit (déficit) ajustado:	4.542.460,02	2.764.799,35
Superávit (déficit) do exercício	584.783,97	(525.720,93)
Ajuste ao superávit:		
Depreciação e amortização	3.210.013,38	3.499.111,26
Provisão para perdas de créditos	747.662,67	(208.590,98)
1b) Demais variações:	10.893.190,97	5.103.804,80
Diminuição (aumento) nas contas a receber	6.796.639,48	(4.271.799,26)
Diminuição (aumento) nos estoques	95.087,02	(1.790.529,68)
Diminuição (aumento) nas despesas antecipadas	(6.202,95)	3.321,62
Diminuição (aumento) nas demais contas a receber	(639.577,11)	(360.996,74)
Aumento (diminuição) nas contas do passivos	4.647.244,53	11.523.808,86
2 FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:	(4.294.374,73)	(4.441.259,54)
Aquisição de imobilizado	(4.294.374,73)	(4.441.259,54)
3 FLUXO DE CAIXA NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:	(4.910.676,55)	(1.621.761,54)
Ajustes positivos (negativos) de exercícios anteriores	(5.437.022,53)	(616.211,30)
Empréstimos (pagos) contraídos	526.345,98	(1.005.550,24)
4 VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	6.230.599,71	1.805.583,07
5 AUMENTO (DIMINUIÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	6.230.599,71	1.805.583,07
Disponibilidades no início do exercício	3.982.535,37	2.176.952,30
Disponibilidades no final do exercício	10.213.135,08	3.982.535,37

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstração do Valor Adicionado

Encerrados em 31 de Dezembro

ITENS DESCRIÇÃO	2015	2014
1 - RECEITAS:	122.227.264,96	111.674.203,14
1.1) Prestação de serviços na área da saúde	104.995.917,75	92.310.553,47
1.2) Receitas de subvenções	15.563.895,60	17.716.920,98
1.3) Contribuições e doações	853.299,84	831.193,98
1.4) Outras receitas	814.151,77	815.534,71
2 - MATERIAIS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS:	62.283.520,74	59.170.807,43
2.1) Medicamentos e materiais hospitalares	21.895.451,86	19.312.085,70
2.2) Serviços de terceiros, energia e outros	39.919.357,58	32.114.160,85
2.3) Outros custos hospitalares	468.711,30	7.744.560,88
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	59.943.744,22	52.503.395,71
4 - RETENÇÕES:	3.210.013,38	3.499.111,26
4.1) Depreciação, amortização e exaustão	3.210.013,38	3.499.111,26
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	56.733.730,84	49.004.284,45
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA:	1.005.844,02	624.918,82
6.1) Receitas financeiras	1.005.844,02	624.918,82
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	57.739.574,86	49.629.203,27
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	57.739.574,86	49.629.203,27
8.1) Pessoal (salário, férias, 13º., rescisões)	49.621.028,37	43.672.239,99
8.2) Encargos com pessoal	3.996.384,98	3.774.648,62
8.3) Impostos, taxas e contribuições	593.885,35	427.298,71
8.4) Juros e aluguéis	2.943.492,19	2.280.736,88
8.5) Superávit (déficit) do exercício	584.783,97	(525.720,93)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

HOSPITAL EVANGÉLICO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

CNPJ 27.193.705/0001-29
Cachoeiro de Itapemirim - ES

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS **ENCERRADAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A entidade foi fundada em 02 de junho de 1958, com sede e foro na cidade de Cachoeiro de Itapemirim, Estado do Espírito Santo. É uma sociedade civil de direito privado, sem fins lucrativos e operações de caráter filantrópico, tendo como objetivos: a) a prestação de assistência médica e hospitalar gratuita a pessoas que reconhecidamente não disponham de recursos nem usufruam direitos para tanto, sem distinção de qualquer natureza; b) prestar assistência no setor da saúde a quantos procurarem seus serviços; e c) assistir espiritualmente a quantos necessitarem por meio do serviço de capelania.

2. REGISTROS E INSCRIÇÕES LEGAIS

A entidade possui os seguintes registros e inscrições:

- CNPJ/MF nº 27.193.705/0001-29.
- Inscrição Municipal: 6508-1.
- Inscrição Estadual: 080.048.63-3.
- Certidão de Utilidade Pública Federal, emitida pelo Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação, órgão do Ministério da Justiça, publicada no D.O.U. de 25/11/1991, revalidada sucessivamente, a última com validade até 30/09/2016, com a apresentação anual do relatório circunstanciado de serviços e do demonstrativo de receitas e despesas.
- Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área de Saúde concedido pela Secretaria de Atenção à Saúde, órgão do Ministério da Saúde, conforme Portaria nº. 690 de 04/08/2015, com validade de 21/09/2012 a 20/09/2015 e Processo 25000.136430/2015-84 registrado em 24/08/2015 para renovação do período.
- Certidão Conjunta Positiva com efeitos de Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, inclusive contribuições sociais e previdenciárias, válida até 10/08/2016, emitida com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 02/10/2014.
- Certificado de Regularidade do FGTS, emitida pela Caixa Econômica Federal, válida até 24/02/2016.
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, com validade até 04/06/2016, emitida pela Justiça do Trabalho.
- Certidão Positiva de Débitos com efeito de Negativa nº. 245502, com validade até 07/03/2016, emitida pela Secretaria Municipal de Cachoeiro de Itapemirim.
- Certidão Negativa de Débitos para com a Fazenda Pública Estadual nº 2016079204, válida até 18/05/2016, emitida pelo Governo do Estado do Espírito Santo/Secretaria de Estado da Fazenda.

3. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

A entidade declara que adota as normas determinadas pelo Conselho Federal de Contabilidade, incluindo a NBC TG 1000 que trata da Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução nº. 1.255/2009, a NBC TG 07, aprovada em 2010, que dispõe sobre subvenção e assistência governamental, a ITG 2002, aprovada pela Resolução nº. 1.409/12, que trata das Entidades sem Finalidade de Lucros, NBC TG 26 (R3), que trata da apresentação das Demonstrações Contábeis, a Resolução 1.374/11, que deu nova redação à NBC TG – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Relatório Contábil-Financeiro, e, de forma complementar, os dispositivos constantes das Leis nºs. 6.404/76 (Lei das Sas), 11.941/09, que alterou artigos da 6.404/76, 10.406/02 (Código Civil), 12.101/09, com as modificações da 12.868/13 (que, entre outros, dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social e regula os procedimentos de isenção de contribuições para a seguridade social) e os Decretos nºs. 8.242/14, que regulamenta a Lei nº 12.101/09, e o 3000/99 (Regulamento do Imposto de Renda).

4. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem resoluções emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade as quais configuram normas brasileiras de contabilidade específicas para tais entidades, incluindo a adequação de todos os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e, também, o pronunciamento direcionado para contabilidade de pequenas e médias empresas (NBC T 19.41) com a faculdade conferida pela Resolução CFC nº 1.319/10. As demonstrações financeiras são elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis.

As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado.

As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras são as provisões para contingências (Nota 9-a) que são estabelecidas pela Entidade, levando-se em consideração a opinião da assessoria Jurídica, por valores considerados nas estimativas de perdas.

A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A entidade revisa suas estimativas periodicamente em período não superior a um ano.

A Entidade tem como moeda funcional o Real que também é a moeda de apresentação de suas demonstrações contábeis.

A autorização para a conclusão da preparação destas demonstrações financeiras ocorreu na reunião da diretoria realizada em 12 de fevereiro de 2016.

5. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis adotadas pela Entidade estão descritas a seguir:

a) Apuração do superávit ou déficit, receitas e despesas

As receitas e as despesas necessárias à manutenção das atividades da Entidade são registradas mediante a documentação hábil e pelo regime de competência.

b) Caixa e bancos

Abrangem saldos de caixa e bancos em moeda corrente, as quais são sujeitas a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. A comparação do saldo em relação ao ano anterior deverá levar em conta depósito de valores a receber no ultimo dia do ano, sem tempo hábil para sua aplicação financeira.

c) Bancos e Aplicações financeiras – com restrições

Em atendimento a ITG 2002, aprovada pela Resolução CFC nº. 1.409/12, representa os recursos financeiros advindos de subvenções governamentais, a serem aplicados em 2016.

d) Ativo e passivo circulante e não circulante.

São demonstrados pelos valores de realização ou liquidação incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas.

e) Provisão para perdas sobre contas a receber

Foi constituída sobre valores a receber de diversos convênios, cuja realização está em discussão recíproca.

f) Estoques:

Os estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, que não superam o valor de mercado, estando assim representados:

Estoques:	2015 – R\$	2014 – R\$
Medicamentos	2.048.273,30	2.033.232,53
Materiais hospitalares	1.481.271,34	1.670.717,47
Outros materiais	311.354,10	232.035,76
Soma	3.840.898,74	3.935.985,76

g) Ativo imobilizado e patrimônio social

As contas do grupo “Imobilizado” e “patrimônio líquido” estão apresentadas pelos seus valores históricos, portanto sem qualquer efeito de correção monetária.

6. DIREITOS DE LONGO PRAZO

a) Contas a receber

O saldo é pertinente a diversos valores pagos e provisionados relativos a obrigações de responsabilidade do antigo Hospital Maternidade Santa Helena, com o qual foi assinado Contrato de Prestação de Serviços e Gestão, em 15 de dezembro de 2009, com aditivos posteriores.

b) Depósitos judiciais

Valores depositados conforme decisões judiciais, referentes a processos trabalhistas.

7. IMOBILIZADO

É representado pelos seguintes valores:

Tipo de bens	2014	Aquisições	Depreciação		2015
	R\$	R\$	%	R\$	R\$
Terrenos	118.555,52	-	-	-	118.555,52
Prédios e construções	8.028.627,84	997.037,42	4	433.255,06	8.592.410,20
Equipamentos hospitalares	9.308.340,13	2.543.380,06	10	2.309.426,47	9.542.293,72
Equipamentos não hospitalares	273.438,81	302.350,00	10	69.152,91	506.635,90
Móveis e utensílios	1.808.723,81	231.584,15	10	378.430,67	1.661.877,29
Computadores e periféricos	0,00	127.126,90	20	12.006,92	115.119,98
Veículos	0,00	92.896,20	20	7.741,35	85.154,85
Soma	19.537.686,11	4.294.374,73		3.210.013,38	20.622.047,46

A sociedade tem mantido nos últimos anos a política de aplicar os recursos financeiros na modernização de sua estrutura física e operacional.

O imobilizado está representado pelos bens operacionais, registrados pelo seu custo de aquisição, conforme documento de aquisição, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear, conforme taxas descritas no quadro acima, não aplicado sobre eles a permissão contida no ITG 10, aprovado pela Resolução CFC nº. 1.263/2009, quanto aos custos iniciais de adaptação às normas internacionais, face à implantação dos controles físicos estarem em andamento.

No imobilizada consta o montante de R\$ 8.139.092,90 adquirido com verbas governamentais do qual R\$ 1.476.066,87 foi transferido para receitas de subvenções mediante processo de depreciação (R\$ 578.822,75 em 2015 e R\$ 428.595,14 em 2014 e o restante em anos anteriores), nos termos da NBC TG 07-R1/2013, editada pelo CFC.

8. OBRIGAÇÕES DE CURTO PRAZO

a) Fornecedores de materiais e serviços

Representa a materiais e serviços adquiridos e utilizados nas atividades operacionais da Entidade, reconhecidos ao valor da documentação ou do contrato correspondente.

b) Empréstimos

Compõem-se de valores relativos a empréstimos para capital de giro, como segue, inclusive as importâncias de longo prazo:

Financiadores:	2015 - R\$		2014 - R\$	
	Curto prazo	Longo Prazo	Curto prazo	Longo Prazo
▪ Caixa Econômica Federal	1.106.666,52	1.255.555,86	-	-
▪ Banco Banestes S/A	-	-	75.499,90	-
▪ Banco Banestes S/A	-	-	1.458.154,26	-
▪ Caixa Econômica Federal	-	-	106.666,56	195.555,68
Total	1.106.666,52	1.255.555,86	1.640.320,72	195.555,68

Em 2015 o contrato com a instituição financeira foi assinado em 12/02/2015, a ser quitado em 36 parcelas, com encargos de taxa efetiva mensal de 1,20% ao mês e 14,40% anual. Tem como garantia valores recebíveis do Sistema Único de Saúde – SUS por prestação de serviço no ramo de saúde, conforme Notificação de Cessão Fiduciária de Direitos Creditícios assinada entre as partes.

c) Tributos e encargos sociais

Parcelamentos de tributos de responsabilidade do Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim e Itapemirim cujos valores são apresentados, inclusive as parcelas de curto prazo, para melhor compreensão:

TRIBUTOS/CONTRIBUIÇÃO	ORIGEM	PARCELAS	CURTO PRAZO-R\$	LONGO PRAZO-R\$	VENCIMENTOS
Receita Estadual/civil terc.	HECI-Incor	58	438.727,82	6.526.543,15	10/2019**
COFINS/Importação	HECI-CI	09	74.418,39	-	09/2016
PIS/Importação	HECI-C-CI	09	16.156,62	-	09/2016
IPI/Importação	HECI-CI	08	10.137,60	-	08/2016
PIS	HECI-I	02	1.903,04	-	02/2016
INSS	HECI-I	13,15 e 18	77.476,92	13.282,41	01 a 06/2017
CLT	HECI-I	02, 03 e 06	6.028,89	-	02,03,06/2016
Débitos municipais	HECI	12	5.489,16	5.031,73	01/16 a 11/2017
IRRF	HECI-I	02, 03 e 07	51.598,25	-	02,03,07/2016
FGTS/Folha 12	HECI-CI	01	454.476,48	-	01/2016
IRRF/Folha 10 a 12/15	HECI-CI	-	829.837,36	-	11, 12/15 e 01/2016
IRRF/Terceiros PF/PJ	HECI-CI	-	81.683,64	-	11, 12/15 e 01/2016
ISS Retido	HECI-CI	-	66.776,72	-	05/13 a 01/2016
COFINS/PIS/CSLL Retidos	HECI-CI	-	75.997,04	-	01/2016
INSS retido em 12/15	HECI-CI	-	271.860,81	-	01/2016
Contribuição sindical	HECI-CI	-	23.822,46	-	01/2016
TOTAIS			2.486.391,20	6.544.857,29	

**Trata-se do processo estadual 67829546, que envolve procedimentos adotados pela Fundação Instituto do Coração “Dom Luiz Gonzaga Peluzo”, não aceitos pela Secretaria de Estado da Saúde. A obrigação foi provisionada em 2014 devido sua inclusão na Dívida Ativa na Receita Estadual, mas encontra-se suspensa por decisão de recurso.

d) Subvenções a Realizar

Refere-se a parcelas de diversos convênios governamental assinados, cuja realização em parte ou total dar - se-ão em 2016, como seguem:

Convênios	Origem	Objeto e Aplicação da Subvenção	Valor - R\$
32/2013	Município de Itapemirim - ES	Criação do Centro de Imagem	370.167,45
015/2015	Município de Itapemirim - ES	Atendimento de pronto socorro e materno infantil	2.000.000,00
9027/2015	SESA E. Santo	Equipamentos de informática	40.000,00
9026/2015	SESA E. Santo	Equipamentos para a UTI	56.000,00
Adesão-2011	CMB/FEHOFES/União	Projeto de telemedicina através de teleconferência	32.872,98
62992/2009	Ministério da Saúde	Aquisição de equipamentos médico-hospitalar	114.006,00
709252/2009	Ministério da Saúde	Aquisição de equipamentos médico-hospitalar	211.916,01
000279/2010	Ministério da Saúde	Aquisição de equipamento e material permanente	55.825,34
64302/2010	Ministério da Saúde	Aquisição de equipamentos	65.205,92
65162/2010	Ministério da Saúde	Aquisição de equipamentos	7.488,59
35956/2011	Ministério da Saúde	Aquisição de equipamentos	14.426,72
760963/2011	Ministério da Saúde	Aquisição de equipamento e material permanente	914.963,03
757046/2011	Ministério da Saúde	Aquisição de equipamento e material permanente	962.136,73
810110/2014	Ministério da Saúde	Aquisição de equipamento e material permanente	1.013.558,40
807921/2014	Ministério da Saúde	Aquisição de equipamento e material permanente	1.013.226,13
812406/2014	Ministério da Saúde	Aquisição de equipamento e material permanente	160.141,58
812407/2014	Ministério da Saúde	Aquisição de equipamento e material permanente	108.450,19
TOTAL			7.140.385,07

Os valores a realizar encontram -se depositados ou aplicados em instituições financeiras, garantindo a aplicação de suas importâncias nos diversos objetos constantes nos Convênios.

e) Receitas de Subvenções a Realizar

Parcela de curto prazo relativo a valores decorrentes de convênios governamentais, aplicados em bens que compõe o ativo imobilizado e que deverão ser transferidos para conta de resultados à medida de suas realizações, conforme disposto pela NBC TG 07, aprovada pela Resolução 1.305/2010, do Conselho Federal de Contabilidade. As realizações podem acontecer por venda, depreciação ou obsolescência dos bens adquiridos. Na Entidade as realizações tem ocorrido devido ao degaste natural do bem e da aplicação da metodologia da depreciação. As parcelas a serem realizadas em 2016 encontram-se registradas no passivo circulante enquanto aquelas a serem realizadas a partir de 2017 no passivo não circulante como obrigações de longo prazo.

9. OBRIGAÇÕES DE LONGO PRAZO

a) Provisão para contingencias

Formação de provisão para cobertura de possíveis riscos decorrentes de processos cível, trabalhista e administrativo, em transcurso judicial, conforme laudo dos assessores jurídicos da Entidade. No presente exercício decidiu-se pela manutenção do valor existente no exercício anterior, já que o relatório jurídico não apresentou grande variação para o corrente ano.

b) Parcelamento de tributos e encargos

Como apresentado na nota "8-c", trata-se principalmente de parcelamento de obrigação cível por responsabilidade de terceiros, cuja cobrança encontra-se suspensa por interposição de recurso pelo responsável jurídico do Hospital.

c) Empréstimos

Como apresentado na nota "8-b", refere-se às parcelas do empréstimo a vencer a partir de 2017.

d) Receitas de subvenções a realizar

Como explicado na nota "8-e", trata-se da parcela de longo prazo relativo a valores decorrentes de convênios governamentais, aplicados em bens que compõe o ativo imobilizado e que deverão ser transferidos para conta de resultados à medida de suas realizações, conforme disposto pela NBC TG 07, aprovada pela Resolução 1.305/2010, do Conselho Federal de Contabilidade.

10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Incorporação do resultado de 2014

No presente exercício foi incorporado ao Patrimônio Social o déficit de R\$ 525.720,93, apurado em 31 de dezembro de 2014, conforme dispões o item 15 da ITG 2002, aprovada através da Resolução 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade.

b) Ajustes de exercícios anteriores

Em 2015 foi registrado, "*ad referendum*" do Conselho de Administração, como ajuste de exercícios anteriores, a importância de R\$ 5.437.022,53, com consequente diminuição do patrimônio social, relativo a baixa de contas a receber de contratos e convênios, por conta de faturas não validadas, glosas e cobranças acima do teto financeiro pactuado, para efeito de cobrança dos órgãos.

c) Resultado do exercício

Em 2015 as operações hospitalares, consideradas as receitas e despesas, acarretaram o superávit de R\$ 584.783,97 que, para efeito de análise, deverá ser considerado juntamente com os demais números e informações apresentados nas demonstrações contábeis.

11. ORIGEM DAS RECEITAS

a) Contratualização SUS

Receitas decorrentes de atendimentos médicos hospitalares, no âmbito do Sistema Único de Saúde, conforme Convênio firmado com o governo do Estado do Espírito Santo, através da Secretaria de Estado da Saúde, acrescido da receita com o SUS na gestão da Filial no Município de Itapemirim – ES.

b) Serviços Conveniados

Receitas decorrentes de atendimentos médicos hospitalares por conta de administradoras de plano de saúde, mediante contratos, relativo aos seguintes:

Descrição	2015 – R\$	2014 – R\$
Unimed – Cachoeiro de Itapemirim	17.162.871,06	13.417.768,31
São Bernardo Saúde	2.285.794,86	1.554.475,87
GEAP	1.105.657,42	963.818,97
Sul América	1.092.097,72	1.008.216,33
Cassi – Caixa Assis. Banco Brasil	1.037.080,63	892.389,53
Samp	1.781.984,81	814.465,51
Bradesco Seguros	671.953,86	725.082,07
Vitallis Saúde	537.517,19	508.721,76
Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	385.009,77	247.571,19
P H S	37.445,74	160.595,65
ASPMEs	365.492,02	517.893,70
Prefeitura Municipal C. de Itapemirim	303.556,45	87.814,11
Consórcio Pólo Sul	144.890,00	202.716,00
CEF – PAMS	366.949,18	237.343,68
Amil	79.569,80	60.097,83
Banescaixa	284.904,37	270.386,86
Assefaz	53.972,54	5.055,38
Núcleo Regional Esp. de Cachoeiro	35.448,01	17.643,20
Cape-Saúde	19.944,82	66.946,96
Pasa	13.446,62	66.833,32
Golden Cross	119.693,58	0,00
Clinica Mais	100.123,00	90.790,00
HECI – Itapemirim	198.148,81	449.050,18
Petrobrás	218.520,00	103.419,00
Consórcio Intermunicipal	514.100,00	424.350,00
Convênios a faturar	2.823.013,37	2.621.855,61
Convênio faturado	0,00	-3.650.831,93
Outros convênios	227.242,68	476.076,24
TOTAL	31.966.428,31	22.340.545,33

c) Demais serviços hospitalares

Receitas decorrentes da prestação de serviços a particulares e demais procedimentos de serviços, incluindo a Filial no Município de Itapemirim – ES, como segue:

Descrição	2015 – R\$	2014 – R\$
Pacientes particulares	1.177.543,76	931.231,70
Serviços de Ressonância Magnética	341.300,09	207.820,07
Serviços de Tomografia	329.150,10	246.630,00
Serviços de Ultrassonografia	260.278,15	183.524,05

Exames laboratoriais	161.402,51	113.951,18
Radiologia	139.349,46	103.371,79
Outros serviços	2.318,02	246,05
TOTAL	2.411.342,09	1.786.774,84

d) Subvenções governamental

Subvenção diversas recebidas, como segue:

Convênios:	Origem:	Objeto e Aplicação da Subvenção:	Valor - R\$
002 e 015/2015	Município de Itapemirim - ES	Serviços de atendimento de pronto socorro e materno infantil	11.433.400,00
014/2015	Município de Itapemirim - ES	Materiais, medicamentos e outros	1.999.990,00
017/2015	Município de Rio Novo do Sul – ES	Serviço de pronto atendimento	1.500.000,00
002/2014	Município de Presidente Kennedy – ES	Serviços urgência e emergência	360.000,00
Adesão 2011	CMB/FEHOFES	Projeto de telemedicina através de videoconferência.	24.717,28
-	Ministério da Saúde e SESA-ES	Depreciação de equipamento adquirido – NBC TG 07	245.788,32
TOTAL			15.563.895,60

e) Contribuições e doações

Contribuições e doações feitas por particulares, pessoas físicas e jurídicas, para aplicação nos objetivos fins da sociedade, como segue:

Descrição	2015 - R\$	2014 - R\$
Recursos fornecidos pelas Igrejas Evangélicas Mantenedoras	6.000,00	6.000,00
Recursos pelo REICLHECI (Programa Seletivo de Coleta)	11.753,17	12.372,29
Captação Recursos (Escelsa)	515.792,26	548.644,19
Contribuição de pessoas jurídicas	236.921,53	206.730,27
Contribuições de pessoas físicas	82.832,88	57.447,23

12. ISENÇÃO PREVIDENCIÁRIA E TRIBUTÁRIA

a) Imunidade/Isenção tributária e previdenciária

A sociedade está imune e isenta do pagamento de impostos e contribuições em decorrência de sua atividade notoriamente filantrópica, reconhecida através dos Certificados relacionados na nota explicativa “2”, por atender aos requisitos contidos na Lei nº. 12.101/09, com adaptações das Leis nºs. 12.453/11, 12.868/13 e 13.043/14 e do Decreto 8.242/14, que regula a Lei. nº. 12.101/09.

b) Benefício fiscal usufruído

Em 2015 foram reconhecidos contabilmente o valor dos benefícios previdenciário e fiscal usufruídos sobre as operações hospitalares, acarretando a inserção do benefício usufruído na demonstração do superávit apurado, como segue:

ISENÇÕES:		2015 – R\$	2014 – R\$
1 - Previdenciária:			
	Sobre a folha de pagamento, autônomos e fornecimento de mão-de-obra	12.956.945,99	12.596.826,71
2 - Impostos contribuições federais:			
	a) Cofins – sobre a receitas faturadas (base lucro real)	3.465.168,04	2.769.316,60
	b) IRPJ – sobre o superávit (base lucro real**)	-	-
	c) CSLL – sobre o superávit (base lucro real**)	-	-
3 - Municipal:			
	ISS sobre os serviços hospitalares prestados	4.586.087,29	4.615.527,67
TOTAL DA ISENÇÃO		21.008.201,32	19.981.670,98

** O resultado tributável apresenta base de cálculo negativa

O total do valor das isenções encontra-se aplicado integralmente na manutenção das operações sociais do Hospital. Os valores encontram-se registrados nas respectivas contas de despesas relativas aos impostos e contribuições.

13 Resultado decorrente da prestação da gestão hospitalar

Gestão relativo aos seguintes hospitais:

a) Hospital Maternidade Santa Helena

Gestão hospitalar da entidade sem fins lucrativos, com sede no Município de Itapemirim – ES, conforme instrumento de contrato assinado em 15/12/2009 e aditivos, cujos resultados decorrentes das operações desenvolvidas foram as seguintes:

Discriminação		2015 – R\$	2014 – R\$
1 - Receitas:		8.388.364,14	5.011.696,81
	▪ Subvenções municipais	4.360.000,00	2.900.000,00
	▪ Serviços Sus	3.433.503,36	1.651.931,43
	▪ Convênios e particulares	594.860,78	459.765,38
2 - Custos/despesas:		(11.656.559,61)	(8.011.424,61)
	▪ Salários e encargos	(5.592.489,28)	(4.828.846,40)
	▪ Medicamentos e despesas	(5.725.489,35)	(3.182.578,21)
3 - Parcelamentos			
	▪ Impostos parcelados pagos	(338.145,98)	-
4 - Déficit líquido		(3.268.195,47)	(2.999.727,80)

b) Hospital Menino Jesus

Gestão hospitalar da entidade sem fins lucrativos, com sede no Município de Itapemirim – ES conforme instrumento de contrato, cujos resultados das operações desenvolvidas foram as seguintes:

Discriminação	2015 – R\$	2014 – R\$
1 - Receitas:	11.433.400,00	10.800.000,00
▪ Subvenções municipais	11.433.400,00	10.800.000,00
2 - Custos/despesas:	(13.286.345,10)	(10.851.380,18)
▪ Salários e encargos	(6.258.859,99)	(5.541.307,00)
▪ Medicamentos e despesas	(5.322.416,81)	(4.069.557,30)
▪ Provisão para rescisões	(1.705.068,30)	(1.240.515,88)
3 - Déficit líquido	(1.852.945,10)	(51.380,18)

14. SEGUROS

A política do hospital é a de manter cobertura de seguros em montante considerado satisfatório, face aos riscos envolvidos do exercício.

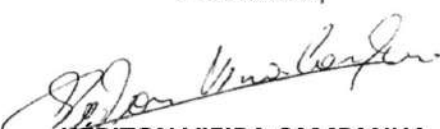
Em 2015 e 2014, para proteger as operações desenvolvidas, foi contratado seguros para cobrir os seguintes riscos, além do seguro de quatro veículos:

Tipo de Riscos	Importância Segurada	
	2015	2014
	R\$	R\$
▪ Incêndio, raio, explosão de qq natureza	18.000.000,00	18.000.000,00
▪ Danos Elétricos	3.000.000,00	2.000.000,00
▪ Roubo de bens	100.000,00	100.000,00
▪ Equipamentos eletrônicos (sem roubo/danos elétricos)	400.000,00	400.000,00
▪ Veículos – danos materiais, corporais e morais	250.000,00	250.000,00
▪ Responsabilidade civil	500.000,00	500.000,00

Reconhecemos a exatidão das demonstrações contábeis acima e suas notas explicativas,

Cachoeiro de Itapemirim - ES, 31 de dezembro de 2015.


ELIZEU CRISÓSTOMO DE VARGAS
Presidente


HERITON VIEIRA CAMPANHA
Contador CRC-ES 014045 / 0-4

RELATÓRIO DA AUDITORIA INDEPENDENTE

Aos Srs.

Membros do Conselho de Administração do

HOSPITAL EVANGÉLICO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Cachoeiro de Itapemirim – ES

1. Examinamos as demonstrações financeiras do **Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim**, que compreendem o balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do superávit ou déficit do exercício, das mutações do patrimônio líquido, do fluxo de caixa e da demonstração do valor adicionado para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2. A administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis aplicáveis às pequenas e médias empresas sem finalidade lucrativa (NBC TG 1000 e ITG 2002) e pelos controles internos que ela (administração) determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Fundação para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião

Base para opinião com ressalva

4. Apesar da existência do controle físico, os demais controles existentes quanto aos bens do ativo imobilizado apresentam-se insuficiente para permitir uma apreciação integral e adequada, mesmo que através procedimentos alternativos de auditoria, sobre os valores consignados naqueles itens do ativo, que também carece de avaliação a valor justo, razão pela qual deixamos de emitir opinião sobre os mesmos.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do **Hospital Evangélico de Cachoeiro de Itapemirim**, em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e o fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo as práticas contábeis aplicáveis às pequenas e médias empresas sem finalidade lucrativa (NBC TG 1000 e ITG 2002) e demais dispositivos relativos às atividades de Fundação.

Outros assuntos

6. As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, apresentadas para fins comparativos, foram por nós auditadas, conforme nosso parecer, datado de 10 de fevereiro de 2015, emitido com a ressalva mencionada no item 4.

Rio de Janeiro (RJ): 26 de fevereiro de 2016.


ALLIANCE

Auditoria Contábil e Empresarial

CRC RJ 002749/O-8-S/ES


Francisco Sant'Ana Silva
Sócio – Responsável Técnico

Contador CRC RJ 026.209/O-3-S/ES – CNAI 190

Parecer do Conselho Fiscal

CONSELHO FISCAL DO HOSPITAL EVANGÉLICO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM

Parecer referente ao ano de 2015

Senhores associados,

Em atenção às disposições estatutárias do art. 23 do Estatuto Social, o conselho fiscal informa que examinou o Balanço Patrimonial, suas demonstrações, bem como os registros contábeis, documentação financeira e todas as informações necessárias ao seu registro no ano de 2015, verificando a conformidade com as normas em vigor.

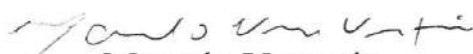
O conselho fiscal manifesta assim, parecer favorável à aprovação do Balanço Patrimonial como está em sua forma.

Cachoeiro de Itapemirim, 16 de março de 2016

CONSELHO FISCAL



Fábio Rabbi Bortolini



Marcelo Venturin



Maria Helena Bernardo



Samuel Assini